

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Ana Sofia Rodrigues

Miguel Sousa Ferro

Este número da Revista de Concorrência & Regulação junta temas de direito da concorrência e de regulação da energia.

Nuno Cunha Rodrigues contribui com um artigo académico sobre o regime da proteção de informação confidencial na lei da concorrência e o modo como este tem vindo a ser implementado pela Autoridade da Concorrência (numa lógica de *public enforcement*). Este tema continua a ter um enorme peso nos processos contraordenacionais, apesar dos inúmeros progressos legais, jurisprudenciais e de prática administrativa e *soft-law* feitos, como se descreve.

Evelyne Ameye discute uma questão na interseção entre o direito e a política de concorrência. Com base em casos de estudo espanhóis,

This issue of the Revista de Concorrência & Regulação brings together topics of Competition Law and of Energy Regulation Law.

Nuno Cunha Rodrigues contributes with an academic paper on the regime on the protection of confidential information in the Competition Act and the way in which this has come to be implemented by the Portuguese Competition Authority (from a public enforcement perspective). This topic continues to weigh very heavily in administrative proceedings, despite the countless steps forward in law, case-law, administrative practice and soft law, as described.

Evelyne Ameye discusses an issue at the intersection between competition law and policy. On the basis of Spanish

a Autora argumenta que a maneira como se faz, por vezes, o *public enforcement* da concorrência leva a efeitos colaterais indesejáveis e contrários aos objetivos da política de concorrência e, especificamente, à redução da concorrência no mercado.

Tânia Luísa Faria, Afonso Marques dos Santos e Maria de São José Bogalho dão sequência às discussões nas páginas desta Revista sobre o alargamento do leque de meios de controlo de concentrações entre empresas, nomeadamente decorrente da preocupação com as ditas “killer acquisitions”. Com tantas mudanças e inovações, este artigo permite uma visão de conjunto. Os autores debatem e deixam sugestões sobre como alcançar maior segurança jurídica.

Filipe Matias Santos e Gonçalo Le Terrien Fragoso descrevem e analisam a mais recente reforma da regulação do mercado elétrico europeu, nascida, sobretudo, das lições aprendidas com a crise criada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

Gonçalo Sá Gomes regressa à sempre problemática temática (sobretudo em Portugal) do critério da seletividade regional para identificação de auxílios de Estado ao abrigo do artigo 107.º do TFUE.

case studies, the Author argues that the way in which public enforcement has, on occasion, been carried out has led to collateral effects which are undesirable and contrary to the objectives of competition policy and, specifically, to the reduction of competition on the market.

Tânia Luísa Faria, Afonso Marques dos Santos and Maria de São José Bogalho continue the ongoing discussions in the pages of this Journal on the broadening of the range of means of controlling concentrations between undertakings, namely arising from the concerns with so-called “killer acquisitions”. With so many changes and innovations, this article allows for an ensemble view. The authors debate and provide some suggestions on how to achieve greater legal certainty.

Filipe Matias Santos and Gonçalo Le Terrien Fragoso describe and analyse the most recent reform of the regulation of the European electricity market, born, most of all, from the lessons learned from the crisis created by the invasion of Ukraine by Russia.

Gonçalo Sá Gomes returns to the always problematic issue (particularly in Portugal) of the criterion of regional selectivity in order to identify State aid under article 107 TFEU.